

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Sobre o assunto em epígrafe, o Grupo Parlamentar do PCP endereçou a pergunta nº 1762/XIII/1ª. Na resposta, o Gabinete do Ministro dos Negócios Estrangeiros é referido que “na Embaixada de Portugal em Bruxelas já foi possível finalizar o processo de recrutamento de um Chanceler e está em fase de finalização o concurso para a contratação de um técnico superior para aquele Posto”, e prossegue dizendo que “foi possível reforçar o pessoal da Embaixada com mais um diplomata” estando, ainda, previsto a “criação de um serviço de apoios social e jurídico”.

Pese embora estas informações, o Grupo Parlamentar do PCP recebeu uma exposição de um cidadão português residente na Bélgica que revela as dificuldades de ser atendido e de obter resposta por parte dos serviços consoladores de Bruxelas.

Segundo as informações do cidadão, em meados do mês de fevereiro enviou “e-mail a solicitar uma informação relativamente à dupla tributação”. O cidadão refere que a única resposta que obteve foi um pedido do “contacto telefónico”, tendo o cidadão respondido ao solicitado nesse dia e até à data que enviou a missiva ao Grupo Parlamentar do PCP, 17 de março, não tinha recebido mais nenhum contacto por parte do consulado.

Face ao exposto, ao abrigo do disposto na alínea d) do artigo 156.º da Constituição da República e da alínea d), do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, venho por este meio perguntar ao Governo, através do Ministro dos Negócios Estrangeiros, o seguinte:

1. Como é que o Governo avalia o facto de os serviços consulares demorarem mais de um mês a responder aos pedidos dos cidadãos portugueses?
2. Foi já contratado o técnico superior mencionado na resposta do Gabinete do Ministério dos Negócios Estrangeiros e acima descrita?
3. Foram contratados mais trabalhadores para o Consulado de Bruxelas? Em caso afirmativo, quantos e para que funções?
4. Foi já criado o serviço de apoios sociais e jurídicos?

Palácio de São Bento, quarta-feira, 12 de Abril de 2017

Deputado(a)s

CARLA CRUZ(PCP)